

ALIENAÇÃO DE NEGRAS E NEGROS EM ACHILLE MBEMBE

Resumo: O presente projeto pretende analisar a obra *Crítica da Razão Negra* trazendo para o centro da pesquisa aquilo que Mbembe não trata exatamente como tema central, a saber, os processos de alienação que aparecem na sua análise crítica. Nesse sentido, o trabalho será guiado pela seguinte pergunta: *Quais os contornos mais decisivos do processo de alienação dos negros presentes no Crítica da Razão Negra de Achille Mbembe?* Para tanto, o primeiro passo será reconstruir o texto da *Crítica da Razão Negra* dando especial atenção às passagens em que Mbembe utiliza o termo alienação. Essa reconstrução pretende ser capaz de apresentar, ao final, a reunião dos aspectos mais relevantes que permitam construir um sentido amplo de alienação na obra em questão. O segundo passo será compreender três dimensões trazidas por Mbembe (escravidão, colonização e apartheid) que podem ilustrar formas históricas em que a alienação negra está presente. Esses momentos são vistos pelo autor como constitutivos do “espectáculo da cisão e do desmembramento” que envolvem a questão negra.

Palavras chave: Achille Mbembe; Alienação; Negritude; Raça;

Introdução

Inicialmente é fundamental reconhecer que Mbembe, nessa obra, não dá um tratamento conceitual exaustivo ao conceito de alienação. Entretanto, há inúmeras passagens em que o autor utiliza o termo para apresentar e desenvolver dimensões específicas da experiência negra durante a obra. Por isso, a pesquisa será dividida em dois grandes momentos: o primeiro procura reconstruir (1) as passagens em que Mbembe mobiliza o conceito de alienação com a pretensão de explicitar fenômenos distintos que envolvem a questão do negro e da negritude. O segundo pretende analisar três dimensões que Achille Mbembe aponta como relacionadas e constitutivas da alienação negra, a saber, (2) a escravidão, (3) o colonialismo e por fim (4) o Apartheid.

Dimensões da alienação na Crítica da razão negra

Nessa primeira parte do projeto serão analisadas algumas dimensões da alienação para, no final, apresentarmos onde Mbembe identifica precisamente o seu surgimento.

Uma das formas de se aproximar da relevância do texto de Mbembe é notar que a questão sobre a sobrevivência de grupos racializados perpassa toda a modernidade e, como ele vai mostrar ao longo de seu trabalho, esse problema envolve inúmeras dimensões. Dito isso, embora o conceito de alienação apareça de modo aparentemente difuso em toda obra aqui analisada, o presente projeto tem como objetivo dar a ele certa centralidade. Isso é possível dado que o próprio texto oferece passagens em que a alienação surge como uma forma de ampliar a compreensão de outros fenômenos como, por exemplo, a escravidão, o colonialismo e o apartheid. É nesse sentido que pode-se compreender as negras e os negros¹ como “Pessoa[s] humana[s] cujo nome é humilhado, a capacidade reprodutiva e generativa deturpada, o rosto desfigurado e o trabalho espoliado, ele é testemunho de uma humanidade mutilada, profundamente marcada a ferro pela alienação” (MBEMBE, 2018, p. 76).

Ao comentar sobre esse “humano”, o autor refere-se ao negro enquanto escravizado e sofredor das consequências da alienação. No caso, Mbembe cita a carga negativa que a categoria negro remete imediatamente e que perpassa os anos da modernidade, isso quando sua própria linhagem não é aniquilada. Também, e que talvez mais concerne a este trabalho, a questão da imagem que o negro passa, sua identidade fracionada, seu rosto desfigurado e não completo nem para si nem aos outros. Com essa imagem criada, o negro que sofre a alienação imposta por um Estado se diferencia do branco pobre. Essa imposição opera como um dispositivo de segurança, uma tecnologia ideológica de governos racistas, com a finalidade de se construir a humanidade desse branco pobre ao diferenciá-lo da imagem criada do negro a fim de não deixá-lo no mesmo patamar do sujeito alienado em questão. O que está em jogo aqui é a relação de classe e raça, as quais mantêm um laço de constituição conjunta, mas não devem ser confundidas, visto que embora pertençam à mesma classe subjugada, o branco e o negro pobres são diferenciados pela raça.

¹ No corpo deste projeto a diferenciação de gênero (negra(s) e negro(s)) será substituída pelo uso comum “negro(s)”, no masculino, apenas por uma questão de facilitação de escrita e leitura.

Contudo, ainda que esse sujeito negro, fruto da modernidade, sofra diferentes formas de alienação, Mbembe não deixa de ressaltar que as possibilidades de revolta nunca desaparecem do horizonte. Por isso, afirma o autor:

em virtude da maldição a que está condenada a sua existência e da possibilidade de insurreição radical que, não obstante, leva consigo e que jamais será completamente anulada pelos dispositivos de sujeição [...] [a expectativa da resistência] é justamente a possibilidade de um acontecimento singular, ‘a revolta dos escravos’ (MBEMBE, 2018, p. 76-77).

Dessa forma, fica claro que os negros não são totalmente assujeitados², porém é necessário percorrer o caminho desde a difração originária do humano moderno até a sua máxima experiência de opressão configurada como o *apartheid*.

Dessa difração originária se deduz, geralmente, que o *eu autêntico*³ se teria tornado um *outro*. Um eu alheio [alienado] teria sido colocado no lugar do eu próprio, fazendo assim do negro o portador, a despeito dele, de significados secretos, de obscuras intenções, de um inquietante estranhamento que comanda a sua existência sem seu conhecimento e que confere a certos aspectos da sua vida psíquica e política um caráter noturno e quicá demoníaco (MBEMBE, 2018, p. 187-188).

² O que inclusive permite a concepção de negros dentro de uma democracia, dado que “ Ele é sujeito agora a um parâmetro de liberdade que não dependerá mais de correntes físicas, [mas sim de] uma liberdade inserida em um sistema de utilidade, gerenciada e regulada por uma ideia de bem extraída de uma razão universal” (MEDEIROS, 2018, p. 10).

³ Mbembe utiliza a expressão “eu autêntico” para se referir ao momento anterior à alienação. O autor também fala em “si próprio” e “si mesmo” para se referir a uma espécie de estágio anterior à alienação. Talvez a compreensão mais profunda dessas categorias “eu autêntico” “si próprio” ou “si mesmo” demandaria um esforço que nos conduziria para um caminho diferente do que está sendo proposto neste projeto. Por isso, a opção nesse momento será de não analisar os contornos mais estruturais de uma possível autenticidade de um eu não alienado.

Essa difração originária que Mbembe começa citando é a criação de um eu próprio e um eu estrangeiro, a imagem, a qual é quase sempre lembrada na literatura negra pelo confronto do colonizado tanto com esta imagem quanto com a lembrança de captura, a lembrança da colônia que associou sua descendência a uma imagem de terror. Assim, perpassa-se essa cisão no interior do Ser com a difração, a imagem substitui e subjuga o humano que não era alienado. Pois esta alienação, esse desmembramento implica ao negro significados inteiramente negativos, demoníacos, além de comandar sua existência até mesmo sem ele estar ciente.

Em primeiro lugar, como sugerimos nos capítulos precedentes, o da *separação de si mesmo*. Essa separação teria acarretado uma tal perda de familiaridade consigo mesmo que o sujeito, tornado estranho a si mesmo, teria sido relegado a uma identidade alienada e quase inerte. Assim, em vez do ser junto a si mesmo (outro nome da tradição), que deveria ter sido sempre a sua experiência, ter-se-ia constituído numa alteridade na qual o eu teria deixado de se reconhecer: o espectáculo da cisão e do desmembramento (MBEMBE, 2018, p. 143).

Mbembe, ao analisar a origem e as consequências dessa separação de si mesmo, indica que de forma imposta, ela deixou ao negro uma identidade alienada⁴ e quase imóvel cristalizada. Para essa questão, o autor lembra de três acontecimentos canônicos na existência do negro, são eles a *escravatura*, a *colonização* e o *apartheid* que surgem como dimensões da cisão e do desmembramento conforme mencionado no trecho acima, mas também podem ser vistas como três formas históricas em que a alienação negra está presente. Desde então, os negros passaram a viver sem mais “se saber ele[s] mesmo[s]”, sem ter a soberania de si próprio; e sem mais “se manter por si mesmo no mundo”, sem possuir autonomia, ou seja, passaram a viver como seres fracionados em si próprios e com uma identidade, conseqüentemente, também fracionada. “Esse novo homem, sujeito

⁴ A partir da tese de Mestrado de Cláudia Silva Lima, essa identidade torna-se mais nítida visto que ela “pode ser entendida na mesma perspectiva abordada por Erich Fromm da escola de Frankfurt, na sua obra *O conceito Marxista de homem*. [...] Essa alienação ou alheamento, em que o africano criado pelo europeu, começou a ser percebido como objeto de exploração” (2017, p. 117).

do mercado e da dívida, vê-se a si mesmo como um mero produto do acaso [...] Distingue-se em vários aspectos do sujeito trágico e alienado da primeira industrialização” (MBEMBE, 2018, p. 16).

Desse modo, Mbembe explica que o neoliberalismo intensificou a alienação em uma forma nunca antes vista. Para isso, ele lembra que nesse momento histórico novo o negro se diferencia do sujeito da primeira industrialização por vários motivos, entre eles, o surgimento da nova sociedade da imagem, do espetáculo; o novo indivíduo totalmente atrelado ao desejo; sua felicidade dependente da oferta da sua vida íntima ao público como um produto de troca no mercado; a prisão inquietante desse ser entre a sua reprodução biológica e o usufruto de bens materiais e a regulação de suas condutas ditada pelo mercado. Enfim, é um novo sujeito de fato, mas não menos alienado, muito pelo contrário. É um indivíduo condenado à efemeridade que abraça para conseguir atender às demandas dessa nova sociedade, ou seja, torna-se outro sem ao menos ter consciência desse abraço.

Atrelado a isso, ergueu-se uma fantasia, um espaço de poder que coloca como o outro, como racializado, todo aquele diferente do branco.

Tal força se manifestou de diversas formas conforme a época e o contexto — genocídios e extermínios no Novo Mundo e na Austrália, tráfico de escravos no triângulo atlântico, conquistas coloniais em África, na Ásia e na América do Sul, *apartheid* na África do Sul e, um pouco por todo o lado, espoliações, depredações, expropriações e pilhagens em nome do capital e do lucro, e, para coroar o conjunto, vernaculização da alienação” (MBEMBE, 2018, p. 91).

A força que o autor cita nesse trecho corresponde à fantasia do branco, isto é, “uma fantasia da imaginação européia que o Ocidente se esforçou para naturalizar e universalizar” (MBEMBE, 2018, p. 88), o branco como natural e não criado assim como, em mesma medida, foi o negro. Essa fantasia se apoia em uma disseminação por todos os meios possíveis, tanto na transformação dessa crença em senso comum, desejo e fascínio quanto no modo de estar, então estabelecido, do Ocidente

em relação ao mundo. Dessa forma, essa fantasia causou roubos e incontáveis danos a vidas por todo o mundo em nome do capital, assim como a vernaculização da alienação, ou seja, o desenvolvimento particular em cada país da nacionalização de um vocabulário da alienação. Em outras palavras, o caráter universal que o branco assumiu e implicou aos outros teve como consequência a difusão da alienação no mundo. Além da difusão e nacionalização dessa “fantasia”, uma consequência ainda mais brutal é a naturalização de algo que é, por si mesmo, fruto de um tipo particular de opressão.

Aqui, fica nítido como o branco e o negro, essas duas forças antagônicas, irão articular uma questão essencial entre elas, a diferença. Vale lembrar que “Existem maneiras de invocar a diferença que se assemelha a um consentimento à escravização, assim como só há alienação quando, para além da coerção, se sucumbe à sedução” (MBEMBE, 2018, p. 168). Assim, Mbembe, baseando-se nas ideias de Fabien Eboussi Boulaga — um autor entre diversos destacados de uma série de intelectuais que compõe a chamada razão negra⁵, — aborda a questão da diferença negra e a relaciona brevemente com a alienação. Para expor isso, é correto afirmar que segundo Mbembe e Boulaga a diferença negra não é a base, por si só, de uma autodeterminação e nem de uma inocência por parte dos indivíduos, visto que há a possibilidade de partes dessa diferença terem apenas desaparecido. De fato, ela pode ser encarada “a um só tempo como memória vigilante, modelo de identificação crítica e modelo utópico” (MBEMBE, 2018, p. 168). Somado a isso, os autores também citam que a diferença pode ser usada para diversos fins, isto é, tanto para uma função libertadora se a evocação de certos aspectos já perdidos, ou mesmo ainda preservados, da diferença não for nostálgica e melancólica; quanto para o consentimento da própria escravatura, ou seja, desumanização.

Exposto isso, Mbembe então relaciona esse conceito da diferença negra com a alienação. Para tanto, ele formula que a diferença do negro em relação a outras raças pode ser aproveitada e violada pelos próprios aspectos internos do conceito de diferença, um fim mortal em si mesmo. Porém, existe a possibilidade dela ser violada com um objetivo, a saber, o consentimento da desumanização. E aqui emerge a relação da diferença violada, utilizada de maneira desumanizadora,

⁵ Segundo o autor, razão negra deve ser entendida como o “conjunto de vozes, enunciados e discursos, de saberes, comentários e disparates, cujo objeto são a coisa ou as pessoas ‘de origem africana’ e aquilo que se afirma ser seu nome e sua verdade” (MBEMBE, 2018, p. 60).

com a alienação, visto que para existir, a última sucumbe a uma sedução também necessária à primeira. Isso permite afirmar que, de acordo com o autor, tanto a alienação quanto a diferença violada estão ligadas pela sedução. Essa sedução, por sua vez, assume um aspecto negativo para Mbembe e remete a uma reprodução e a um fascínio dos indivíduos com o estado atual da sociedade que conta, “para além da coerção”, com certa dose de “sedução”. Continuando sua argumentação com Boulaga, Mbembe destaca que:

Ao tratar da ‘tradição’, Eboussi Boulaga afirmou que a função da vigilância era impedir a repetição. ‘A memória vigilante se impõe para se livrar da repetição da alienação da escravatura e da colonização’, isto é, ‘a domesticação do homem, sua redução à condição de objeto’, a espoliação do seu mundo, ‘a ponto de ele próprio se renegar ou se destruir, estrangeiro em sua terra, em sua língua, em seu corpo, excedente na existência e na história’ (MBEMBE, 2018, p. 169).

Como pode-se observar, o objetivo do autor é chamar atenção para relação entre tradição e constante vigilância para que certos erros não se repitam como a escravatura e a colonização. Mais especificamente, talvez seja possível afirmar que sua preocupação é mostrar a relação desses dois momentos históricos com a alienação, que, como já visto, podem ser considerados como formas históricas em que a alienação negra está presente para o autor camaronês. Ele também, ao recorrer novamente a Boulaga, ressalta que a alienação está ligada à domesticação e a objetificação do homem que produz, como consequência, um certo afastamento, um repúdio de si mesmo, assim como de sua cultura.

Aqui, como anunciado no início dessa primeira parte, Mbembe mostra quando a alienação de fato se inicia, isto é, exatamente quando o negro toma para si a imagem criada pelos colonizadores e a reproduz acreditando em sua autenticidade e originalidade. Ou nas próprias palavras do autor “A

alienação começa de fato no momento em que o negro, em contrapartida, reproduz fielmente essa imagem como se ela fosse não só verdadeira, mas também de sua autoria” (MBEMBE, 2018, p. 202).

O mais importante aqui é ressaltar a longa construção dos pré requisitos que constróem as bases para a criação e instrumentalização dessa imagem necessária ao início de uma verdadeira alienação, isto é, todos os processos de colonização, escravatura, *apartheid*; a fantasia do branco e a difração originária. Essa alienação, portanto, só ocorre na modernidade quando o negro toma fielmente para si essa imagem e a reitera. É possível dizer que alienar-se, nesse sentido, implica em tomar para si o que outro produziu.

De acordo com o que vimos nessa análise do texto de Mbembe, uma forma de compreender o sentido amplo de alienação que está presente em toda obra reúne um conjunto de aspectos tais como “domesticação”, “perda de familiaridade consigo mesmo”; ser “estranho a si mesmo”; ter uma “identidade [...] quase inerte”; sofrer a experiência de não reconhecimento, de objetificação, “cisão e desmembramento”. Essas dimensões tomadas em conjunto permitem que Mbembe possa afirmar que “a alienação começa de fato” no momento em que o negro se auto repudia e passa a reproduzir a imagem negativa criada pelo seu algoz.

Vale lembrar também das consequências que Mbembe extrai da alienação. Elas podem ser resumidas pelas conhecidas ações do capitalismo e colonialismo no mundo, infligidas na materialidade a serviço do capital, como roubo, pilhagens, assassinatos, expropriações, etc. Mas também, e com não menos danos materiais, pelos efeitos mais teóricos e subjetivos, como a fantasia da raça num geral, a vernaculização da alienação, a existência dessa imagem estrangeira que transforma a vida do negro em algo demoníaco e a morte ou fragmentação de sua identidade que, continuará fracionada, se apoiar-se totalmente nas diferenças ou se negá-las por completo. A identidade do negro só existe no devir, em um fluxo permanente que se alimenta das próprias diferenças entre os negros e das relações com o resto do mundo, a totalidade do mundo humano.

E por fim, Mbembe também deixa claro que toda essa construção da alienação na modernidade acaba tendo, no surgimento do neoliberalismo, um ponto crucial. É exatamente nesse

momento que o indivíduo não se submete mais à alienação do período do capitalismo industrial, que ele se encontra no aprofundamento e intensificação da alienação como nunca antes visto.

Feita essa breve reconstrução de algumas das dimensões mais marcantes da alienação tal como trazidas por Mbembe, o próximo passo será apresentar brevemente como elas se articulam com a escravidão, o colonialismo e o apartheid.

Alienação e Escravidão

Antes de estabelecer as devidas relações com os três momentos históricos acima citados, é preciso mostrar um quadro geral do que ocorreu a partir do século XV, nas palavras do autor:

Esses acontecimentos [a partir do século XV até a divisa de todo o globo com o imperialismo no século XIX] foram, por sua vez, a consequência de uma gigantesca migração de povos, que assumiu quatro formas ao longo desse período. A primeira foi o extermínio de povos inteiros, em especial nas Américas. A segunda foi a deportação em condições desumanas, de carregamentos de muitos milhões de negros para o Novo Mundo, onde um sistema econômico fundado na escravidão contribuiu de maneira decisiva para a acumulação primitiva de um capital já desde então transnacional e para a formação de diásporas negras. A terceira foi a conquista, anexação e ocupação de vastas terras até então desconhecidas da Europa e a submissão de suas gentes à lei do estrangeiro, sendo que anteriormente se governavam a si mesmos segundo modalidades bastantes diversas. A quarta se refere a formação de Estados racistas e às lógicas de ‘autoctonização’ dos colonos, a exemplo dos africanos na África do Sul (MBEMBE, 2018, p. 108 - 109).

Conforme mostra o trecho citado, Mbembe atribui os eventos que envolvem a colonização e o imperialismo a quatro fases. A primeira corresponde ao próprio extermínio, o genocídio de povos originários das Américas com a chegada dos Europeus. A segunda fase representa o tráfico negreiro, no qual milhões de negros cruzaram forçadamente o Atlântico para constituírem a força de trabalho

escravizada necessária para a acumulação primitiva de capital. Em outras palavras, o racismo foi essencial para a fundação do capitalismo, esse já com germes na transnacionalidade. A próxima fase condiz, de acordo com o autor, com a “conquista, ocupação e anexação” de regiões do globo onde os europeus ainda não tinham um domínio, como as próprias Américas, África e Ásia; as mesmas possuíam em suas localidades povos com diversas formações societárias. Por último, na quarta fase, Mbembe elege como momento culminante o *apartheid*, Estados formalmente racistas e que, constituindo sua própria população, estavam colonos e filhos de colonos que passaram a integrar a população local ao nível de uma formação linguística com origens Europeias, mas usada em África. Como exemplo principal dessa última fase, é possível apontar a África do Sul.

Após essa contextualização, é preciso destacar como a escravização de outros povos baseados na cor da pele teve uma justificativa, um “direito originário de intervenção [o qual] fazia parte do “bom direito”, que se aplicava tanto às guerras de extermínio quanto às guerras de escravização” (MBEMBE, 2018, p. 115).

Esse direito originário que Mbembe cita nessa passagem refere-se ao direito que o europeu tinha em contraposição ao dito selvagem. Esse direito, através de uma noção religiosa, expunha as práticas, as culturas de povos não europeus e não cristãos como ações que se configuravam como crimes tanto em relação à própria humanidade, quanto em relação à natureza. Assim criava-se, conseqüentemente, uma distinção entre os tipos de inimigos e tipos de guerra. Partindo da visão européia-cristã, na prática isso significava que uma intervenção aplicada a sociedades não inteiramente humanas ou fundamentalmente inumanas era essencialmente diferente de uma intervenção contra uma sociedade cristã. A partir disso, esse “bom direito” a essas guerras para o extermínio, tal como para a escravização pavimentaram o caminho para o “bom direito” à propriedade da terra, considerada sem senhor, do colonizado; à dominação via Estado colonial; à eliminação de direitos dos nativos. Enfim, é o controle de uma raça de “escravos” por uma raça de “conquistadores” também pela via jurídica.

Essa dicotomia também aparece por toda a obra de Mbembe que, ao se apoiar em Fabien

Eboussi, fala sobre a diferença de negras e negros em contraposição àqueles que os escravizaram, da África em relação à Europa. Se tomada como alicerce para a autodeterminação, ela — diferença — pode se configurar como negativa e também se tornar pouco útil. Desse modo,

Outras instâncias da diferença negativa se relacionam com o abandono da responsabilidade, com a culpabilização de todos, menos de si mesmo, com a constante imputação da escravização inicial à ação exclusiva de forças externas e com a exoneração dos seus próprios poderes (MBEMBE, 2018, p. 169).

O autor julga, portanto, como negativa a inculpação da escravização exclusiva a elementos externos a partir da diferenciação total entre africanos e colonizadores. A diferença, em um primeiro momento, caracteriza uma autonomia dos negros em forma de “fonte autônoma de criação”. Explica-se, o apelo à raça no oprimido remonta o luto, uma angústia profunda, uma perda “para os negros confrontados com a realidade da escravidão, [...] [que] é, antes de mais nada, de ordem genealógica” (MBEMBE, 2018, p. 71). Mas também é uma tentativa de estabelecer uma comunidade forte o bastante para tentar dar algum tipo de resposta à sujeição biopolítica. Assim, essa invocação da raça é fruto de uma alienação, isto é, uma sensação de perda, de cisão que beira o extermínio, porém busca reviver a população negra que se encontra separada do que a fazia viva, isto é, as antigas instituições, os laços sanguíneos, a sua terra, os seus rituais e os seus símbolos.

Porém, se apoiar totalmente nela, tratar de África como um todo, um agrupamento único em contraposição à Europa é nada mais que reproduzir uma ideia de uma “biblioteca colonial”, uma invenção. A identidade negra, por sua vez, só existe em devir a partir de uma diferença positiva⁶ viva entre as várias etnias e culturas de diversos povos negros e entre estes em relação ao resto do mundo.

⁶ Para Claudio V. F. Medeiros “A tarefa portanto é pensar a diferença negra, como um gesto de autodeterminação sobretudo, o que exige uma crítica da memória, mas cuja tradição não seria objeto de uma certa nostalgia que nos paralisasse” (2018, p. 7).

Assim, a ligação entre escravidão e alienação surge como uma das formas de compreender a opressão descrita por Mbembe. Porém, há outras duas formas que esse projeto pretende apresentar.

Alienação e Colonialismo

A brutal investida que Mbembe denomina como colonialismo ou imperialismo foi uma enorme migração forçada de povos, a qual assumiu as quatro fases já citadas, “a colonização foi uma forma de poder constituinte, cuja relação com o solo, com as populações e com o território associou, de maneira inédita na história da humanidade, as três lógicas da raça, da burocracia e dos negócios (*commercium*)” (MBEMBE, 2018, p. 109).

A colonização, como se vê, é um termo bem amplo para Mbembe, o qual ainda a classifica como uma forma de poder que, ao obter o domínio do solo, dos autóctones e da territorialidade, uniu três discursos. Eles se traduzem na existência de raças distintas dentro da humanidade, as ditas selvagens devem ser geridas pelas “raças superiores” através da forma política de administração da economia capitalista, a burocracia, um dispositivo de dominação. Ela tinha o papel fundamental de unir os negócios com a morte, isto é, a classificação dos seres humanos em raças. Esse papel era concretizado sobretudo pela lei e pela força, quase sinônimos no mundo colonial. Em outras palavras, Mbembe dá uma definição explícita sobre a prática colonial que consistia na classificação hierarquizada de seres humanos através de raças unidas com o fundamento na economia capitalista, na violência como expressão máxima da política e com um instinto inconsciente à degradação e à podridão social. Assim, “[...] para que se tornasse um hábito, a lógica das raças precisava ser agregada à lógica do lucro, à política da força e ao instinto de corrupção — definição exata da prática colonial” (MBEMBE, 2018, p. 116). Explica-se, essa lógica das raças precisou se aglutinar aos elementos anteriores citados para que se tornasse algo comum na imaginação europeia, algo cultural. Assim, consolidou-se como elemento central diante das várias formas de colonialismo existentes

feitas por diversas nações europeias. Aprofundando-se um pouco mais na lógica das raças, Mbembe afirma:

No entanto, ocorreu que, em meio ao tráfico de escravos e ao colonialismo, assistiu-se ao deslocamento e à inédita aliança de dois discursos — o discurso acerca da raça no sentido biológico do termo (mesmo que esse sentido biológico estivesse longe de ser estável) e o discurso acerca da raça enquanto metáfora de uma proposição mais ampla sobre a velha questão da divisão e da sujeição, da resistência e da fragilidade do político, do elo, por definição sempre fraco e contudo inseparável, entre a política e a vida, o político e o poder de matar; o poder e as mil maneiras de matar ou de deixar (sobre)viver (MBEMBE, 2018, p. 106-107).

Dessa forma, Mbembe mostra como na Modernidade, diante dos momentos históricos citados, houve uma aliança de dois discursos: a raça como algo biológico e natural, apoiada no racismo científico, o qual nada tinha de científico de fato e por isto a instabilidade desse discurso; e a raça utilizada como um artifício para a justificação da sujeição e hierarquização dos seres no sentido político, o que conseqüentemente se alia a uma utilização classista da raça. Essa aliança entre classe e raça, coloca os negros em uma posição inferior às classes dominantes, o que, por sua vez, permite o domínio político e o controle da vida das classes subalternas e conseqüentemente dos negros em um quadro geral.

Esse domínio foi justificado em solo europeu, foi necessário uma aceitação da lógica das raças e do colonialismo e, assim, ela foi introduzida ao meio escolar para que virasse regra, nada mais é que a construção da ideologia dominante. As negras e negros eram retratados como seres inferiores, idiotas presos em seu próprio mundo, algo que era consequência biológica e direta de se nascer negro. Para salvá-los de sua própria deficiência racial, os europeus criaram a colonização para educá-los, para apaziguar suas raivas inatas de sua raça, ou seja, a colonização era um favor aos negros na visão europeia.

Em todas essas obras, o africano é apresentado não apenas como uma criança, mas como uma criança idiota, presa de um punhado de régulos, potentados cruéis e implacáveis. Essa idiotia seria consequência de um defeito congênito da raça negra. A colonização seria uma forma de assistência, de educação e de tratamento moral dessa idiotia, além de um antídoto para o espírito de brutalidade e para o funcionamento anárquico das ‘tribos nativas’. Desse ponto de vista, representava uma benção da civilização. Seria a regra geral de tratamento da idiotia das raças predispostas à degenerescência (MBEMBE, 2018, p. 121).

Essa visão era a predominante em todas as formas de colonização, independentemente da nacionalidade do colonizador. E não podia ser diferente visto que existia uma relação entre razão e colonização, esta última advinda do Iluminismo por se apoiar em uma razão julgada como universal que deveria ser exportada para o resto da humanidade. Uma razão universal advinda de um sujeito também universal e modelo para os outros sujeitos, o colonizador. E “[...] assim como o islã e o cristianismo [...] sua finalidade era inscrever os colonizados no espaço da modernidade. Mas a sua vulgaridade, a sua brutalidade tão habitualmente desenvolva e a sua má fé fizeram do colonialismo um exemplo perfeito de antiliberalismo” (MBEMBE, 2018, p. 174-175).

Outro ponto de reflexão é que, após os negros terem sido inseridos na modernidade, é revelado que “a colonização é uma prodigiosa máquina produtora de desejos e fantasias” (MBEMBE, 2018, p. 203). Em outras palavras, isso significa que diversos bens materiais ou simbólicos foram introduzidos na colônia com o objetivo de diferenciação entre os próprios colonizados através da inveja, da diferenciação em termos de perda (alienação) de prestígio ou de classe. Isso foi algo essencial para a dominação colonial e demandou investimentos no que suscitava o desejo de riqueza dos colonizados, uma economia emocional com o objetivo de colocá-los em conflito. “Em grande medida, a colonização apenas reforçou esses dispositivos. Muito da sujeição dos africanos à colonização passa pela mediação dos bens” (MBEMBE, 2018, p. 210). Essa riqueza, anteriormente citada, era extremamente volátil e conferiu aos africanos, de um modo geral, uma concepção instantaneísta do tempo e do valor, ou seja, a necessidade de se adquirir tudo o que se

pudesse em vida, seja material ou simbólico. Assim, Mbembe explicita como a relação entre as pessoas tornou-se mercadológica, o mercado entrou na alma dos africanos e tudo o que se desejava eram bens de consumo ou de prestígio, o que incluía mulheres, filhos e aliados.

Por fim, e o que mais concerne a esse trabalho, Mbembe, apoiando-se em Frantz Fanon, conclui que a noção de uma nação colonizadora se reproduz apoiada na alienação do outro.

O potestado colonial se reproduz, assim, de várias maneiras. Primeiro, inventando o colonizado: ‘[Foi] o colono que *fez e continua a fazer* o colonizado’. Depois, esmagando essa invenção de essencialidade, fazendo dela uma coisa, ora um animal, ora uma pessoa humana em perpétuo devir. E por fim, ferindo constantemente a humanidade do subjugado, multiplicando as feridas sobre o seu corpo e atacando o seu cérebro com o intuito de infligir lesões. ‘Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a interrogar-se constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’ (MBEMBE, 2018, p. 194).

Isto é, o colonizador, através do colonialismo, inventou o colonizado, criou uma imagem extremamente negativa de milhões dos negros, coisificou-os, animalizou-os produzindo, conforme vimos na primeira parte desse projeto, uma “perda de familiaridade consigo mesmo” e uma “identidade [...] quase inerte”; Dessa forma, o colonialismo também força a identidade extirpada, alienada, a perguntar-se incessantemente quem é ele mesmo.

Alienação e Apartheid

A terceira dimensão da alienação que esse projeto pretende abordar é aquela que está ligada ao *apartheid*. De acordo com o que apresenta Mbembe, *apartheid* é o “momento em que o Estado, de forma explícita, fez da raça a alavanca de uma luta social geral destinada, dali em diante, a percorrer de fora a fora o corpo social e a manter um vínculo perene com o direito e a lei” (MBEMBE, 2018, p. 108).

Nesse sentido, Mbembe cita que o ápice do racismo, da racialização do mundo, “encontrou sua mais premente aplicação na África do Sul durante o longo período que foi do século XVIII ao XX” (MBEMBE, 2018, p. 108). O *apartheid* nessa nação foi o momento em que se institucionalizou o racismo, ou seja, é estabelecida uma relação explícita do racismo com o direito, com o Estado, enfim, é a raça como componente central da organização social e do cotidiano onde existia uma luta clara contra as negras e os negros. Para além disso, Achille Mbembe não se esquece de apontar que:

diversas formas de *apartheid*, de exclusão, de destituições estruturais substituíram as antigas divisões propriamente coloniais. Como resultado, na maior parte do tempo, processos globais de acumulação por expropriação, novas formas de violência e iniquidades engendradas por um sistema econômico mundial cada vez mais brutal se generalizaram, abrindo caminho a inúmeras figuras inéditas da precariedade e comprometendo a capacidade de muitos de continuarem a ser senhores da própria vida (MBEMBE, 2018, p. 279-280).

Dito nesses termos, é possível apreender que Mbembe elege o negro como uma categoria, criada na Modernidade, necessária para a continuação do *apartheid* e suas diferentes formas. Assim, com a contínua existência do negro se torna impossível quebrar tanto com a segregação, quanto com a alienação. Ou como Claudia Silva Lima expõe, “[o negro] contradiz a ideia de uma comunidade humana, de uma semelhança e proximidade de quem verdadeiramente somos. Negro diante dessa argumentação ôntica de objeto, seria essencialmente a ordem expressa da segregação” (2017, p. 113).

Vale lembrar, recuperando as categorias já mencionados de “identidade em devir” e “diferença positiva”, que reforçar a diferença negativa, a qual pode enclausurar negros até o ápice do *apartheid*, não deve ser algo reforçado por quem é o próprio prejudicado. Para essa tarefa o *apartheid* e suas diferentes formas aparece como um ambiente que reproduz opressão :

[Assim] cada vez mais, [tornam-se] apenas imaginárias as distâncias que nos separam neste único mundo que habitamos e que, em uma maneira lógica, temos todos direitos iguais a ele. Sendo um dado imediato o compartilhar por todos de apenas um mundo, são também reais os esforços desenvolvidos sistematicamente pelo desejo de *apartheid* (ILGES, 2016, p. 172).

Finalmente, é possível notar a continuação da alienação entre os negros, quaisquer que sejam suas nacionalidades, atravessando todo o sistema capitalista que se mostra cada vez mais brutal e mais ávido pela incessante acumulação de capital. Algo que só poderá ser combatido levando em conta a reparação e a restituição, os quais

não são aqui, portanto, categorias puramente econômicas. Eles remetem sobretudo a uma conduta ética: o processo de reunião de partes que foram amputadas, a reconstrução de laços que foram rompidos, a retomada do jogo de reciprocidade sem o qual não seria possível haver um ganho comum para a humanidade. Eles reivindicam, por outro lado, a ampliação dos conceitos de justiça e responsabilidade, como condições para o ganho de humanidade e a construção de um mundo comum (MBEMBE, 2013, p. 49-51).

Mais uma vez é possível observar, dessa vez a partir de um olhar voltado para o *apartheid*, que é um fenômeno político, diferentes manifestações daquilo que Mbembe apresenta como dimensões da alienação: laços rompidos, partes amputadas e falta de reciprocidade não descrevem apenas o *apartheid*, mas também estão em consonância com processos que o autor identifica como alienantes, conforme pudemos ver ao longo desse projeto. A alienação, nesse momento, aparece como o avesso daquilo que Mbembe chama de “conduta ética”.

Objetivo geral:

O objetivo geral será compreender como Achille Mbembe articula a noção de alienação com a escravidão, o colonialismo e o *apartheid* em sua obra *Crítica da Razão Negra*. Esse objetivo será

orientado pela seguinte pergunta: *Quais os contornos mais decisivos do processo de alienação dos negros presentes no Crítica da Razão Negra de Achille Mbembe?*

Objetivos específicos:

1. Investigar os contornos da alienação na *Crítica da razão negra* de Mbembe (Os capítulos centrais para essa parte da pesquisa são: I, II, III e IV); e o artigo “A filosofia política de Achille Mbembe: racismo e saída da democracia. *Ensaaios Filosóficos*, Vol. XVIII, pp. 83-96, Dez./2018”.
2. Entender a relação entre alienação e escravidão. (Os capítulos centrais para essa parte da pesquisa são: I, II, III e V); e o texto “Thinking in lightning and thunder. [Entrevista concedida a] Seloua Luste Boulbina. *Critical philosophy of race*, Vol. 4, No. 2, pp. 145-162, 2016.”
- 3.
4. Entender a relação entre alienação e colonialismo. (Os capítulos centrais para essa parte da pesquisa são: II, III e IV); e o texto “*Sair da Grande Noite: Ensaio Sobre a África Descolonizada*. Luanda: Edições Mulemba, 2014.”
5. Entender a relação entre alienação e *apartheid*. (Os capítulos centrais para essa parte da pesquisa são: II e VI); e o texto “Necropolítica. *Arte & Ensaaios*, no. 32, pp. 123-151, dez. 2016.”

Materiais e métodos:

O material utilizado para realização da pesquisa são os textos que constam na bibliografia e outros que possam surgir no transcorrer da pesquisa. O método adotado é o de análise de textos que, diga-se, também foi o que orientou a construção desse projeto. Seja da obra principal em questão, assim como de outros textos mencionados nas referências.

Forma de análise dos resultados:

Os resultados serão analisados a partir do cumprimento dos passos apresentados no objetivo geral e nos específicos que serão seguidos de encontros periódicos com o orientador. Também haverá discussão do trabalho no grupo de pesquisa NÉFiTs (Núcleo de pesquisa em Ética, Filosofia, Teoria política e Social)

Cronograma:

Cada um dos momentos do cronograma de execução apresentados a seguir será finalizado com uma reunião entre orientando e orientador.

A) - Realizar, nos primeiros três meses, os objetivos apresentados em 1.

B) - Realizar, entre o quarto e o sexto mês, os objetivos apresentados em 2 e o relatório parcial.

C) - Realizar, entre o sétimo e nono mês, o objetivo apresentado em 3.

D) - Realizar, nos últimos três meses, o objetivo apresentado em 4 e o relatório final.

Bibliografia:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

AMORIM, Liana Depieri. *Pensatempos, Cosmopolitismo e Afropolitanismo: perspectivas híbridas do pensamento africano*. 2015. 126 f. Tese (Mestrado) – Curso de Letras, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015.

BOULAGA, Fabien Eboussi. *La crise du Muntu: Authenticité africaine et philosophie*. Paris: Editions Présence Africaine, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

DUBOIS, Laurent. *Translator's Introduction*. In: MBEMBE, Achille. *Critique of Black Reason*. Durham: Duke University Press, 2017.

FANON, Frantz. *Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1968.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Racismo e Cultura*. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (Orgs). *Revolução Africana: Uma Antologia do Pensamento Marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FROMM, Erich. *O Conceito Marxista de Homem*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.

ILGES, Michelle Cirne. *A produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA*. 2016. 199 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade De São Paulo, São Paulo, 2016.

LIMA, Claudia Silva. *De uma África sem história e razão à filosofia africana*. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal Do Maranhão, São Luís, 2017.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. A Europa já não é mais o centro de gravidade do mundo. [Entrevista concedida a] Arlette Fargeau, *Le Messenger*, Out. 3, 2013a.

_____. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, no. 1, pp. 171-209, 2001.

_____. Existe um único mundo apenas. In: Caderno Sesc_Videobrasil: geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, n. 9, 2013b.

_____. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, no. 32, pp. 123-151, dez. 2016.

_____. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. *Sair da Grande Noite: Ensaio Sobre a África Descolonizada*. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

_____. Thinking in lightning and thunder. [Entrevista concedida a] Seloua Luste Boulbina. *Critical philosophy of race*, Vol. 4, No. 2, pp. 145-162, 2016.

MEDEIROS, Claudio. A filosofia política de Achille Mbembe: racismo e saída da democracia. *Ensaios Filosóficos*, Vol. XVIII, pp. 83-96, Dez./2018.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. In: *Ensaios Filosóficos*, Vol. IV, outubro. Rio de Janeiro, 2011.